

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Islândia da Rocha Silva ¹
 Késsia Otávia Rocha Silva ²

RESUMO

Este estudo analisou o papel crucial do professor na construção de uma educação inclusiva, desvendando os desafios e as possibilidades que permeiam essa realidade no Brasil. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, se baseou em autores como Machado (2007), Pereira (2009), Vygotsky (1993), a Constituição Federal (1998) e a Lei de Diretrizes e Bases (1996) para compreender como o professor pode atuar como mediador da aprendizagem e promotor da inclusão. A pesquisa constatou que, apesar dos avanços na legislação e nas discussões sobre inclusão, a sociedade ainda carrega preconceitos e dificuldades em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. Essa realidade se reflete na própria percepção de muitos professores, que se sentem despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula, reforçando a importância do professor de apoio como um agente fundamental para auxiliar esses alunos. O estudo evidenciou a necessidade urgente de uma mudança de paradigma na educação, que valorize a diversidade e comprove a inclusão como um processo de transformação social. O professor, nesse contexto, assume um papel central na construção de um ambiente escolar que acolha e valorize as diferenças, promovendo a acessibilidade e o desenvolvimento de cada aluno de acordo com suas necessidades e potencialidades. Os resultados desta pesquisa concluem que a formação continuada de professores, focada em práticas pedagógicas inclusivas, é fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. O investimento em recursos e ferramentas que possibilitem a participação ativa de todos os alunos e a ação conjunta de professores, gestores e comunidade escolar são cruciais para promover uma educação que valorize a diversidade e o desenvolvimento integral de todos.

Palavras-chave: Professor, Educação Especial, Inclusão.

¹ Mestranda do Curso Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional do Instituto Federal - RN, landy-rocha-silva@hotmail.com;

² Especialista em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar pela Faculdade Faculeste (Iguacu) - MG, kessiaotavia97@gmail.com;



1 INTRODUÇÃO

A fase de aprendizagem é muito importante, não importa a disciplina, sempre há algo novo para aprender, portanto, o conhecimento é uma das coisas mais importantes que o ser humano possui, a partir dele pode chegar cada vez mais longe, e para ser um bom professor o mais importante é saber ensinar, pois a partir do seu ensinamento muitas crianças e adolescentes terão um futuro brilhante (PEREIRA, 2009). De acordo com Azola, Santos, (2010) o ensinar é algo que está cada vez mais precisando de dedicação dos profissionais, a falta de recursos infelizmente está cada vez mais dificultando que façam algo de novo. Aprender é necessário, portanto, tudo que for feito em sala de aula precisa manter-se adequado a realidade de seus indivíduos, assim como dos documentos existentes como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A educação especial é considerada a educação de pessoas com deficiência, que podem ser mentais, visual, auditiva, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também integram o alunado da educação especial. A busca pela inclusão com equidade perpassa muitos debates, partindo desse pressuposto o objetivo principal deste artigo é discutir o papel do professor na educação inclusiva. Os objetivos específicos consagram-se em apresentar conceitos que englobam a educação inclusiva; compreender a inclusão no todo e pontuar a importância do professor.

A escolha da temática parte do fato que a inclusão na sociedade, assim como no meio educacional tem sido uma temática de grande importância e relevância nos últimos anos. Diante desse crescimento, nota-se, que ainda existem estereótipos e preconceitos que precisam ser quebrados acerca disso. Sendo assim, trabalhar a importância de mais um sujeito, professor, nesse processo também é contribuir com a pauta.

A relevância da pesquisa parte da questão que é fundamental a realização de uma pesquisa que possa acrescentar novos elementos para a construção de reflexões acerca de uma prática inclusiva e humana, capaz de estabelecer um diálogo participativo entre os diferentes agentes sociais: a pessoa com a deficiência, a família, e os diferentes profissionais que compõem a sociedade. Por meio da pesquisa será possível compreender a importante colaboração do professor, e os resultados obtidos servirão para a reflexão acadêmica na contribuição do reconhecimento, na existência da diversidade social e sua importância para a aprendizagem e desenvolvimento humano do sujeito com necessidades educacionais especiais.



O discurso sobre a inclusão está mais do que nunca presente em nossa sociedade. Com o auxílio da tecnologia e dos meios de comunicação, a informação, o debate e a reflexão têm chegado a todos os sujeitos com muita facilidade. Familiares, crianças, professores, gestores e pesquisadores podem compreender um assunto apenas com um clique no computador. Todavia, esse conhecimento não é sempre de qualidade, muitas vezes sites trazem mais desinformação, notícias falsas e tendenciosas do que a verdade. Por isso, é importante pesquisarmos sobre determinado assunto, buscarmos fontes confiáveis e compartilhar o conhecimento, como pretendemos fazer com este artigo.

Diante dessa situação, sabemos que a modernidade trouxe novos paradigmas a diversos setores, inclusive o educacional. O processo de democratização do ensino fez com que a escola se abrisse a totalidade da população e recebesse educandos de todos os seguimentos. É nesse contexto que as crianças público alvo do atendimento educacional especializado passam a frequentar esse ambiente. Assim, a atuação do professor teve que passar por mudanças, o que nos leva a questionar: quais os desafios e possibilidades de atuação do professor na busca por uma educação inclusiva?

O estudo visa contribuir no entendimento desse sujeito, como um ser social, necessitado de adaptações para ter sua linguagem compreendida, além disso, traz em discussão uma temática sujeita a posteriores pesquisas, e de interesse da comunidade no todo. Defendemos a relevância do tema pelo fato dessa discussão ser fundamental na ampliação sobre o debate em torno da atuação docente, interferindo na qualidade do ensino recebida pelos educandos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A diversidade na sua pluralidade é composta de valores, conhecimentos, atitudes, linguagens e diferentes saberes. Tem ocasionado os educadores questionamentos, levando-os a pesquisar sobre práticas educativas adequadas à realidade cultural, o nível de conhecimento e o seu significado para o aluno. Conviver com as diferenças culturais contribui para o enriquecimento dos indivíduos envolvidos: educador e educando. Ao chegarem ao ambiente escolar, os alunos, trazem consigo uma ideologia formada acerca desta. Sinais dessa forma de



pensar são identificados através da forma como tratam o professor, comportamento em sala de aula, suas estratégias de aprendizagem e compreensão.

De acordo com Machado (2007) os séculos passados foram marcados por uma delonga, ainda maior que a atual, de exclusões. Pessoas com deficiência eram consideradas seres dotados de uma espécie de carma ou pecado. Seria hipocrisia dizer que hoje não presenciamos exclusões, no entanto estamos vivenciando lutas que almejam a inclusão, ações enriquecedoras e de grande mérito. O surgimento de leis e políticas nacionais como: a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) Lei de Diretrizes e Bases (1996) e internacionais como: Convenção de Direitos da Criança (1988), Declaração sobre Educação para Todos (1990); Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração de Guatemala (1999) ampliaram os debates acerca da inclusão. São documentos mundiais que visam à inclusão social. Antes de adentramos a história da inclusão é preciso compreender esse termo e sua dimensão:

[...] entende-se, por inclusão, a garantia a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (BRASIL, 2001a, p. 20).

Incluir é um ato de respeito às leis e a constituição do ser em sua plenitude. A inclusão é um termo novo visto que pessoas com deficiência sofreram anos de maus tratos, abusos e exclusão. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também conhecida como estatuto da pessoa com deficiência garante que (nº 13.146 de julho de 2015 que garante em seu capítulo II artigo 4º) “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Quando a criança adentra o ambiente escolar adquire as mesmas oportunidades que as demais de aprender sobre si e o mundo em que está inserida. Conforme a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1948) as pessoas com necessidades educacionais especiais têm direitos a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível.

Segundo a LDB (Lei de Bases e Diretrizes) o ato de incluir é uma inovação, um movimento muito polemizado por diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto inserir alunos com dificuldades de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais graves ou menos graves ou menos severas no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos. Além disso, a prática pedagógica que determinará o sucesso das ações. O importante é o docente ter consciência dos direitos de seu aluno e a necessidade que este tem de desenvolver-se para assim montar planos de aula que promovam a socialização e a aprendizagem.



A história da educação inclusiva no Brasil começa em 1600, por meio de uma instituição especializada, na área de deficiência física. Ela era mantida pela irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Durante o II império, sob influência do modelo europeu, foram criados, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos – atual Instituto Benjamin Constant – e, o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (FERREIRA, 2005). O atendimento especial às pessoas com deficiência começou oficialmente, quando D. Pedro II, fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Mas, durante todo o Império e início da República esse atendimento foi irregular e quase inexistente, como iniciativa oficial na área educacional.

Na década de 80 acelerou-se a criação de instituições, na área de deficiência mental como resultado da Interiorização das APAEs, ocorreram outras conquistas, como a elaboração de legislações específicas que passaram a normatizar a Educação Especial nos Estados brasileiros. Não podemos esquecer-nos de pautar na história da educação inclusiva brasileira a Constituição de 1988, que trouxe mudanças significativas para a NEE. O artigo 208, inciso III da citada Constituição, ressegura o “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Vygotsky (1993) ao se referir às pessoas com deficiência aborda que uma criança com deficiência deve ser avaliada e vista sob uma perspectiva qualitativa e não como uma mera variação quantitativa de uma criança sem deficiência, rejeitando abordagens que sugerem mensuração de graus e níveis de capacidade. Para o autor, há capacidade e potencialidade nas pessoas com deficiência, porém, para desenvolvê-las, é necessário que existam condições materiais e instrumentos adequados para tal.

Os desafios encontrados na implementação da política de educação inclusiva no Brasil são enormes, mas a falta de preparo dos educadores ganha destaque nesse processo. Os professores ainda se sentem despreparados, por vezes, incapazes de acolher e proporcionar práticas pedagógicas que atendam às necessidades e expectativas próprias de cada aluno. Penso que essas incertezas e inseguranças não devam ser vistas como justificativa para resultados ruins, mas sirvam como inspiração para a construção de experiências positivas e bem-sucedidas onde a educação de qualidade atenda a todos, sem exceção.

A formação dos professores que irão trabalhar no atendimento educacional especializado (AEE) deve acontecer em cursos específicos voltados para essa temática, visto que é um assunto complexo com a abrangência de variados temas que exige mais do que



informações, é indispensável uma formação atualizada e criteriosa. Para que as mudanças educacionais no Brasil aconteçam em um processo crescente de introdução de novos conhecimentos e novas práticas é fundamental que as leis se cumpram verdadeiramente, que a importância da educação especial e inclusiva seja evidente na formação continuada dos professores, com ações de pesquisas e extensões que compreendam a verdadeira complexidade do tema e capacite profissionais para o atendimento especializado.

Os alunos não devem ser considerados problemas, e sim estudantes, com déficits que precisam ser vencidos e conceitos desconstruídos e que o poder público passe a agir, deixando as intenções de lado, amparando as escolas e os profissionais, ciente dos seus deveres e da urgência de ações que o assunto exige. O professor ocupa um papel muito importante na prática inclusiva, sua presença é considerada peça chave para o desenvolvimento do aluno, além das políticas educacionais que asseguram a educação inclusiva e a formação desse profissional é necessário que o docente tenha consciência dos desafios e de suas responsabilidades sabendo que irá educar para incluir.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Constituição Federal (1988) destaca acerca da necessidade de a escola oferecer condições para entrada e permanência do aluno com deficiência na instituição. É importante frisar as dificuldades encontradas pela escola regular no processo de adaptação destes alunos, que muitas vezes, por questões financeiras, não conseguem oferecer o suporte necessário, em outros casos há consciência das leis, no entanto o governo as deixa no papel e não dispõe os recursos materiais e financeiros necessários para efetivação. Muitos alunos, devido a sua deficiência, necessitam de mediação o tempo todo, na maioria das vezes são aqueles com déficits motores e intelectuais, que não conseguem se comunicar com coerência e escrever com autonomia (PELOSI e NUNES, 2009). A sala de aula já possui um docente responsável por ministrar o conteúdo, no entanto é necessário a mais para atender as necessidades individuais de todos.

É importante frisar que esse professor dará suporte ao aluno, irá ministrar as atividades e auxiliar nos processos de compreensão, além disso, temos a psicopedagoga da instituição, sendo importante destacar que as escolas públicas não dispõem dessa base potente para o desenvolvimento discente. É perceptível a importância do professor, este será mediador dos



processos de desenvolvimento. Além disso, ele deve ampliar currículos, aprender com a necessidade do aluno, expandir conhecimento e apresentar uma prática que abrace as especificidades destes alunos e os desenvolva. O ato de incluir traz o aprender juntos, consolidando que é importante considerar as especificidades de cada um, considerando práticas que ampliem as oportunidades de aprendizagem e fortaleça a participação de todos.

Conforme o tempo avança, as práticas devem acompanhar, no passado crianças com deficiência era, vistas como castigos dos deuses, mediante a compreensão desses mitos e a evolução, estas puderam ser reconhecidas socialmente e terem seus direitos consolidados. A contemporaneidade exige do docente a combinação de dois aspectos:

O profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Cada professor estabelece as atividades a serem aplicadas, possui apoio do coordenador pedagógico e do relatório que acompanha o aluno (PANNUTI; VALENTE; SOUZA 2015). Por meio do professor os alunos aprendem a conviver com as diversidades e diferenças na sala de aula, fazendo com que haja um ensino voltado à compreensão e ao respeito mútuo, onde não haja discriminações, pois não existem pessoas melhores e nem piores devido às suas particularidades, o que existe são diferenças que precisam ser superadas (ZIMMERMANN, 2008). O docente deve traçar metas que inclua estes alunos e passe aos demais a importância desse processo e a compreensão de que as diferenças não os tornam incapazes de realizar as demais atividades, tudo é uma questão de adaptação.

O docente tem um papel fundamental no processo de inclusão, ele irá mediar essas ações por isso é fundamental que a escola invista em sua formação e lhe de suporte necessário para lidar com as necessidades especiais de cada aluno. É relevante pautar que a formação deve capacitar o professor a agir como se espera que ele aja. O professor precisa ser estimulado a se abrir ao novo, pesquisar, explorar, aprender e ensinar (NETO, 2009).

O professor estimula o aluno e é capaz de passar segurança para que consiga se desenvolver, o processo de aprendizagem é alimentado a todo tempo, de forma individual e adequada a cada grau de deficiência. Um papel importante que o professor também tem é sobre a relação do aluno com sua família, ele deve orientar a ação dos pais de acordo com a evolução da criança, apresentando métodos de abordagem e procedimentos que façam com que a casa seja uma extensão da aprendizagem ocorrida na escola.



É um profissional que está em constante evolução e atualização para que o apoio oferecido seja de qualidade, moderno e atue de fato como um diferencial na vida do aluno, sua presença reforça a importância do aluno com deficiência dentro das escolas e o quanto podemos aprender com eles, a inclusão é um ato de amor, ela ocorre quando tomamos consciência de que é com as diferenças que se aprende e não com a igualdade e ser parte desse processo é educar para a construção de um mundo mais sociável (PLETSCH; GLAT, 2007).

3 METODOLOGIA

O processo de construção do artigo contou, inicialmente com a definição do problema e elaboração de hipóteses, após esse procedimento foram determinados os objetivos e a relevância da temática, para assim iniciar a seleção dos materiais didáticos. Mediante um longo processo de análise de textos, escolha de autores para embasar a discussão, foram realizados fichamentos e escritas que originaram a produção aqui apresentada. A pesquisa dispõe de um método qualitativo de cunho bibliográfico, pois não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores qualitativos recusam um modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que este não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997).

Foram utilizados métodos qualitativos que buscaram explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém a ser feito, mas não quantifica os valores e as trocas simbólicas, ou submetem à prova dos fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (PORTELA, 2004). Na pesquisa qualitativa, o cientista é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento é imprevisível, sendo o conhecimento do pesquisador parcial e limitado. A pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994 pg. 34).

Contou-se com uma fase exploratória, onde segundo Gil (2002), busca proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir



hipóteses. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador (neste caso, da intuição do pesquisador). Para a operacionalização do processo investigativo, foi utilizada a pesquisa do tipo bibliográfica e documental. Sendo respectivamente, o levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*, e a recorrência a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

4 CONSIDERAÇÕES FINAS

O presente trabalho buscou discutir o papel do professor na educação inclusiva. Primeiro, pontua-se que a inclusão social para que seja concretizada em nosso país, exige mais ações afirmativas de combate ao preconceito e a desigualdade enfrentada por parcela da sociedade. Desta forma, é importante ressaltar que, além dos direitos relativos a todos os cidadãos, as pessoas com deficiência devem ter direitos específicos, que atendam, na medida do possível, as limitações e/ou impossibilidades a que estão sujeitas.

A história da educação para pessoas com deficiência teve várias fases: exclusão, segregação, integração e inclusão. Na fase da exclusão eram ignorados pela sociedade. Na fase da segregação eram excluídos pela família e pela sociedade, viviam em instituições pela vida inteira. Na fase da integração surgiram às classes especiais dentro de escolas comuns, e finalmente, a fase da inclusão na qual o termo integração é abandonado uma vez que o objetivo é incluir o aluno ou grupo de alunos que já foram excluídos anteriormente.

É possível compreender que o papel do professor abrange as adaptações do material pedagógico proposto pela escola, tanto quanto na mediação social entre a criança com deficiência e o ambiente em que ela se encontra, quanto nos processos de inclusão. É possível concluir com a leitura que o trabalho do professor promover efeitos positivos diante a minimização das dificuldades no contexto escolar desses alunos. Vivemos em um meio social preconceituoso, que tem receio de inserir estes alunos no ensino regular e que ainda persistem na ideia de mantê-los somente em escolas especiais, o professor de apoio auxilia no processo de inclusão social e compreensão das necessidades desses alunos.



Pontua-se que embora as questões levantadas neste estudo tenham sido contempladas, ainda há espaço para investigações futuras. Todo trabalho pode e deve ser expandido, não é o fim ou palavra final, somente um resumo de tudo da temática aqui abordada. Percebe-se que a escola tem uma parcela na formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes na sociedade. No processo de inclusão, muitos professores admitem não estarem preparados para receber o portador de necessidades educacionais especiais, consolidando a importância do professor de apoio no auxílio a essas crianças. Acredita-se que o desenvolvimento de mais pesquisas sobre o tema proposto tende a contribuir para a superação das carências de literatura e possíveis soluções para tais perguntas.

REFERÊNCIAS

- AZOLA, Larisse de Fátima Lopes; SANTOS, Naira Cristina Gonçalves. **Jogos na Educação Infantil.** 2010. 50f. Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais.
- BONI, VALDETE, AND SÍLVIA JUREMA QUARESMA. "Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais." *Em Tese* 2.1 (2005): 68-80.
- BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva,** de 07 de janeiro de 2008.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica N° 055 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 10 de maio de 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília, DF: MEC, 2001a.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais na classe regular.** Porto: Editora Porto, 1997.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Deliberação n.º 02, de 02 de junho de 2003.
 Curitiba, 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Portal MEC, Brasília, 1994

FERREIRA, V. Educação especial – Programa de Estimulação Precoce – Uma Introdução às Idéias de Feverstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisas. 4ª.ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MACHADO, Vilma Bastos. O Professor e a Inclusão do Aluno com Déficit de Atenção e Hiperatividade. Dissertação. Campinas: ed. PUC, 2007.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETO, Eloi Alexandre Pereira. A ambivalência do papel do professor de apoio permanente em salas regulares do ensino fundamental. Londrina, 2009. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia. Universidade Estadual de Londrina.

PORTELA, G.L. Abordagens teórico-metodológicas. Projeto de Pesquisa UEFS, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos do Homem. Aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948.

PELOSI, M. B. & NUNES, L. O. P. Caracterização dos professores itinerantes, suas ações na área de tecnologia assistiva e seu papel como agente de inclusão escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, vol.15, no.1, 2009.

PEREIRA, N. A. B. O Lúdico no Processo de Ensino e Aprendizagem da Matemática com crianças do grupo 5 da Creche Yêda Barradas. 2009. 78f. Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

RODRIGUES, Sônia Maria. Educação Inclusiva e Formação docente. 2019.

SANTOS, Regina Kelly dos. VIEIRA, Antônia Maira Emelly Cabral da Silva. Transtorno do espectro do autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. Universidade Federal Rural do Semi-Árido Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. Mundo singular: entenda o autismo. Fontanar, 2012.

ZANON, Regina Basso. BACKES, Bárbara. BOSA, Cleonice Alves. Identificação dos Primeiros Sintomas do Autismo pelos Pais. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Jan – Mar, 2014, Vol. 30 n. 1, pp. 25-33.



ZIMMERMANN, E. C. **INCLUSÃO ESCOLAR**, 2008.

